

**14/7/1986**

**PMs que atuaram em Leme serão ouvidos pela Polícia Civil**

Da Sucursal de Campinas o do enviado especial

O Comando do 1º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Piracicaba, receberá hoje ofício para que apresente à Polícia Civil os policiais destacados para atuar na greve dos bóias-frias de Leme e que estiverem envolvidos nos conflitos que resultaram na morte de dois trabalhadores, sexta-feira passada. O ofício será expedido pelo delegado seccional de Rio Claro, José Tejero, 50, que preside o inquérito instaurado para apurar as responsabilidades. Tejero informou ontem que somente no final desta semana, ou no início da próxima, receberá do Instituto de Criminalística o laudo pericial, que será elaborado a partir dos levantamentos feitos pelo delegado no local onde ocorreram os conflitos. O delegado reiterou que hoje não colherá depoimentos, pois dedicará o dia para esquematizar o trabalho. Num primeiro plano, Tejero pretende ouvir policiais militares e pessoas que tenham sido atingidas por balas ou pedras. Ouvirá também as pessoas que estavam no interior do ônibus da Sociedade Agropecuária Crisciunial, cujo motorista, Antonio de Souza, alega ter visto os primeiros tiros serem disparados de um Opala da Assembléia Legislativa.

O delegado disse ainda que o laudo do Instituto de Criminalística não vai revelar nada além do que já tem sido divulgado: "Apenas vai confirmar que a vítima Sibely Aparecida Manoel não se encontrava no local dos conflitos, mas numa esquina a cem metros de distância, próxima à residência de um policial militar invadida por trabalhadores".

**IPM**

O tenente-coronel Francisco Santoro, de Jundiaí, deverá iniciar hoje coleta de depoimentos no Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado por determinação do Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo para apurar os incidentes da última sexta-feira em Leme. A informação foi dada pelo comandante do 10º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Tercio Varela Sendin, responsável pelo policiamento especial montado pela Polícia Militar em Leme. Segundo Sendin, a Procuradoria da Justiça Militar deverá designar um promotor para acompanhar o inquérito.

**(Primeiro Caderno — Página 6)**